



ESAF  
Escola de Administração Fazendária

IRB Brasil Resseguros S. A.

Concurso Público - 2005/2006

Cargo: **ANALISTA**

Área 2: **Contabilidade**

Prova **B.2**

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição \_\_\_\_\_

### Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
*“A confiança em si mesmo é o primeiro segredo do sucesso.”*
- 4- DURAÇÃO DA PROVA: **4h30min.**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

**Boa prova!**

Escola de Administração Fazendária  
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)

## LEGISLAÇÃO/ SEGURO E RESSEGURO

01- São condições obrigatórias para a participação do capital estrangeiro em empresas de seguro no Brasil

- a) não estar previsto nos acordos internacionais e atender aos interesses do país investidor.
- b) atender aos interesses nacionais e aos acordos internacionais estabelecidos entre os países.
- c) ser obrigatoriamente seguradora de mesmo ramo de atividade e com experiência internacional.
- d) atender aos interesses internacionais e acordos bilaterais estabelecidos entre os países.
- e) atender aos interesses do país investidor e ter no mínimo 50% de participação no capital total.

02- João, funcionário da empresa Balança S.A., teve seu carro destruído pela queda de um muro dentro das dependências da empresa; após ser agredido verbalmente pelo seu superior, decidiu solicitar indenização por danos morais e patrimonial; assim, o julgamento da ação de indenização cabe à/ao

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Tribunal de Alçada Estadual.
- c) Ministério do Trabalho e Emprego.
- d) Justiça Federal.
- e) Justiça do Trabalho.

03- A composição do Capital Social do Instituto de Resseguro do Brasil - IRB é composto por ações

- a) ordinárias e preferenciais escriturais, sem valor nominal.
- b) ordinárias e preferenciais de classes A e B, com valor nominal.
- c) ordinárias e preferenciais de classes A e B, sem valor nominal.
- d) preferenciais e com valor nominal.
- e) ordinárias escriturais e sem valor nominal.

04- Na existência de dois ou mais devedores, se a prestação não for divisível, cada um será obrigado

- a) a pôr sua parte na dívida.
- b) a depósito em juízo de sua parte.
- c) pela dívida toda pactuada.
- d) a acionar o outro por sua parte na dívida.
- e) a ressarcir o outro pela dívida paga.

05- Na ocorrência de não existência de apólice e do bilhete de seguro, o segurado

- a) perde o direito a cobertura, em virtude de não poder comprovar a contratação.
- b) terá todos os direitos garantidos, visto que a prova de que o seguro não foi efetuado cabe à seguradora.

- c) somente pode comprovar a realização do seguro com estes dois documentos, tendo neste caso somente o direito à restituição do valor.
- d) pode comprovar a realização do seguro, mediante comprovante de pagamento do prêmio.
- e) pode utilizar cópia da proposta assinada, para comprovação da efetivação do seguro, tendo todos os direitos cobertos.

06- No seguro sobre a vida de outros, o proponente é obrigado a

- a) excluir-se como beneficiário.
- b) declarar o seu interesse pela vida do segurado.
- c) sempre responder judicialmente, em caso de morte do segurado.
- d) transferir a indenização aos herdeiros, conforme cláusula obrigatória.
- e) ser o segurado.

07- O contrato de seguro para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurado é

- a) anulável, dependendo do ato doloso coberto.
- b) de aceitação restrita a situações especiais.
- c) de cobertura normal decorrente de risco do seguro.
- d) um seguro facultativo com aceitação condicionada.
- e) nulo, em qualquer situação por previsão legal.

08- No seguro de vida ou de acidentes pessoais, em caso de morte do segurado,

- a) inexistindo beneficiário, cônjuge ou herdeiros na ordem da vocação hereditária, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou à subsistência.
- b) o capital segurado é considerado como herança para todos os efeitos do direito.
- c) é nula a instituição de companheiro como beneficiário, se o segurado já era separado judicialmente.
- d) e na falta de beneficiário, somente o cônjuge terá direito à indenização, e se este não for casado, os herdeiros naturais.
- e) o capital estipulado está sujeito às dívidas do segurado.

09- O seguro de vida, quando estipulado em nome de pessoa jurídica, para um grupo de seus funcionários, terá

- a) o estipulante, como representante do grupo segurado, junto ao segurador.
- b) a possibilidade de ter as condições acordadas na apólice, modificadas durante a vigência, mediante autorização do estipulante.
- c) o estipulante como único responsável pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.
- d) o direito de modificar as condições da apólice, desde que haja concordância de 50% do grupo segurado.
- e) obrigatoriedade de participação do grupo inicial, não podendo sofrer endossos de inclusão ou exclusão, a não ser na renovação do seguro.

- 10- Em caso de contratação, pelo segurado, de dois seguros para cobrir danos no mesmo bem, em seguradoras diferentes, desde que haja ciência das seguradoras, a indenização será
- paga pelas duas seguradoras até o limite de duas vezes a indenização, uma vez que, ambas as seguradoras aceitaram os contratos.
  - até o limite do valor do bem, sendo feita indenização, cabendo a cada seguradora parte do sinistro.
  - paga pela primeira seguradora, até o percentual de 80% da cobertura, ficando os 20% restantes para ser indenizado pela segunda seguradora, conforme a norma de não proporcionalidade da SUSEP.
  - nula por não estar previsto nas condições gerais este tipo de procedimento de contratação em duas seguradoras.
  - cancelada, visto que a SUSEP não permite indenização do mesmo bem por duas seguradoras.
- 11- O pagamento das despesas de salvamento conseqüente aos sinistros, são de responsabilidade do
- segurado.
  - terceiro.
  - estipulante.
  - corretor.
  - segurador.
- 12- Em caso de morte do segurado, por prática de esportes considerados arriscados, utilização de meios de transporte mais arriscados ou da prestação de serviço militar, a seguradora
- pode anular o contrato, não realizando a indenização, desde que previsto cláusula de restrição a estes riscos.
  - somente indenizará com autorização da SUSEP.
  - poderá requerer pagamento de prêmio adicional, por agravamento do risco, para posterior indenização.
  - terá que indenizar, não sendo permitido ainda que conste cláusula de restrição.
  - cancelará a apólice, considerando-a nula por evento não coberto.
- 13- As apólices com valor máximo determinado, são apólices
- a serem utilizadas por averbação ou por declarações periódicas.
  - que limitam o valor a ser indenizado do bem.
  - com valor específico e único, independente se o bem tem valor superior ao determinado.
  - limitadas a um único endosso de valor máximo determinado.
  - utilizadas por proposta única feita no início de sua vigência.
- 14- Para que uma seguradora esteja sujeita à falência, deve
- ter decretada sua liquidação judicial ou for determinada sua má gestão.
  - ter reservas suficientes para suportar 80% dos créditos quirografários e não ter sido decretada a sua liquidação extrajudicial.
  - ter decretada a sua liquidação extrajudicial e não ter ativos suficientes para pagamento da metade dos credores quirografários ou quando houver evidência de crime falimentar.
  - obter do liquidante declaração de que seus ativos são suficientes somente para pagamento de 70% dos credores quirografários.
  - obter junto ao Ministério da Fazenda regime especial, permitindo a decretação de falência.
- 15- Após 15 dias da data do protocolo do seguro, a seguradora
- poderá devolver a apólice, justificando os motivos da não aceitação do risco.
  - terá que aceitar o risco e emitir a apólice, dando cobertura ao risco.
  - aceitará a proposta, fazendo as restrições de riscos que entender improcedentes.
  - anulará a proposta que considerar improcedente ou que não estiver dentro de seus interesses comerciais.
  - deverá devolver a proposta, em caso de riscos não aceitos ou ocorrência de sinistro.
- 16- As sociedades seguradoras, especializadas em seguro saúde, farão suas aplicações de ativos garantidores das provisões técnicas, segundo regras expedidas
- pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
  - pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
  - pela Agência Nacional de Saúde - ANS.
  - pelo Ministério da Saúde – Benefícios.
  - pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
- 17- Considerando as normas de aplicação de recursos das reservas técnicas nas seguradoras, estas devem ser formadas
- preponderantemente por investimentos de renda variável, nunca sendo inferior na composição do total da carteira a 51%.
  - considerando um percentual crescente em bens imóveis, nunca em percentual inferior a 12% do total dos recursos, para dar segurança à carteira.
  - integralmente por títulos representativos de certificados de depósito bancários e letras hipotecárias.
  - no máximo em 8%, a partir do ano de 2007, no segmento de imóveis.
  - 49% por títulos de Renda Fixa e 51% por títulos de Renda Variável.

18- Para que a seguradora possa concentrar 100% de suas reservas em único papel, terá que fazer aplicações em

- a) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.
- b) letras hipotecárias.
- c) depósitos em poupança.
- d) quotas em fundos de investimento em direitos creditórios.
- e) certificados e recibos de depósito bancário.

19- Na composição das carteiras garantidoras das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, estas podem deter até

- a) 10% do capital votante ou total da empresa.
- b) 03% do capital total da empresa.
- c) 20% do capital votante da empresa.
- d) 51% do capital total da empresa.
- e) 49% do capital votante da empresa.

20- Para pagamento de prêmios de seguros em moeda estrangeira contratado no exterior, deve-se efetuar

- a) a celebração e liquidação de operação de câmbio para transferência do valor a favor da seguradora estrangeira.
- b) a liquidação de operação de câmbio para depósito do valor a favor do Instituto de Resseguros do Brasil-IRB.
- c) depósito por meio de cheque nominativo da empresa em reais na conta da seguradora no exterior – específica para depósito de moeda estrangeira.
- d) depósito por meio de cheque nominativo da empresa, em reais, em conta da seguradora no país – específica para operações desta natureza.
- e) depósito por meio de cheque nominativo da empresa contratante, na conta da seguradora, em dólar.

## CONTABILIDADE GERAL

21- A avaliação das mutações patrimoniais, segundo o princípio contábil da continuidade, deve considerar a hipótese de que, até que surjam evidências em contrário,

- a) a empresa continuará a operar indefinidamente no futuro.
- b) a contabilidade deve registrar continuamente todos os atos e fatos administrativos.
- c) a contabilidade deve funcionar ininterruptamente dentro da empresa.
- d) as operações passíveis de registro contábil devem ter seqüência em diversos períodos.
- e) os métodos e critérios utilizados devem ser consistentes em vários períodos.

22- As despesas incorridas, mas não-pagas dentro do exercício, provocam, para a empresa que contabiliza suas operações, pelo regime de caixa,

- a) um passivo maior que o real e um lucro maior que o real.
- b) um passivo menor que o real e um lucro maior que o real.
- c) um ativo maior que o real e um lucro maior que o real.
- d) um ativo maior que o real e um lucro menor que o real.
- e) um ativo maior que o real e um passivo menor que o real.

23- A empresa Doméstica Ltda., utiliza duas máquinas em seu processo produtivo, sendo uma de sua propriedade, no valor de R\$ 10.000,00, e outra, no valor de R\$ 8.000,00, locada de Ferragens S/A, a R\$ 250,00 por mês. Ambas as máquinas têm vida útil estimada em dez anos.

Em manutenção mensal essas máquinas consomem despesas fixas de R\$ 100,00 cada uma, sendo que, em 31 de dezembro de 2005, já havia sido paga a manutenção dos meses de janeiro e fevereiro de 2006, ao contrário do aluguel que só fora pago até o mês de outubro de 2005.

Em decorrência dos fatos informados, cuja ocorrência verificou-se durante o ano inteiro, e em observância aos princípios contábeis de Competência e da Entidade, essa empresa deverá apresentar despesas no valor de

- a) R\$ 5.200,00.
- b) R\$ 6.300,00.
- c) R\$ 6.400,00.
- d) R\$ 6.640,00.
- e) R\$ 7.200,00.

24- Assinale a opção que contenha proposição incorreta.

- a) O patrimônio líquido representa o registro do valor que os proprietários de uma empresa, entidade ou atividade, têm aplicado no negócio.
- b) O passivo exigível representa todas as obrigações financeiras que a entidade tem para com terceiros. São as dívidas que a entidade contraiu.
- c) A compra de uma máquina, a prazo, mesmo com pagamento de entrada no ato da compra, representa um fato administrativo permutativo.
- d) Se um desembolso financeiro provocar um aumento no ativo ou uma redução no passivo exigível, não será uma despesa.
- e) A operação que provoque uma despesa, simultaneamente à quitação de uma dívida, deverá ser classificada como fato administrativo Modificativo.

25- A firma Lojas Entrepósitos S/A, operando mercadorias isentas de tributação, inclusive quanto a PIS e COFINS, apresentou o seguinte movimento de estoques, o qual numeramos para indicar a ordem cronológica:

- 1 - compra de 15 unidades por R\$ 1.500,00;
- 2 - compra de 30 unidades por R\$ 4.500,00;
- 3 - venda de 48 unidades por R\$ 9.600,00;
- 4 - compra de 60 unidades por R\$ 9.600,00;
- 5 - venda de 67 unidades por R\$ 13.500,00.

Observações:  
O estoque inicial do período era de 18 unidades avaliado em R\$1.620,00.

De acordo com essas informações podemos mensurar que o estoque final foi de apenas 8 unidades ao custo unitário de

- a) R\$ 160,00, se a avaliação for feita pelo critério UEPS.
- b) R\$ 150,00, se a avaliação for feita pelo critério PEPS.
- c) R\$ 125,00, se a avaliação for feita pelo critério Preço Médio.
- d) R\$ 90,00, se a avaliação for feita pelo critério UEPS.
- e) R\$ 90,00, se a avaliação for feita pelo critério PEPS.

26- Possuindo, há três anos e meio, uma máquina comprada por R\$ 120.000,00 e depreciada com base linear em vida útil de 5 anos e valor residual de 20%, a empresa Onetwoelen S/A, promoveu sua alienação, a prazo, logrando obter margem bruta de lucro de 25%.

Observando as informações acima, pode-se dizer que a empresa obteve, nesta operação de venda, um lucro no valor de

- a) R\$ 17.600,00.
- b) R\$ 13.200,00.
- c) R\$ 12.000,00.
- d) R\$ 9.600,00.
- e) R\$ 7.200,00.

27- A empresa Almeiderson S/A adquiriu por R\$ 67.500,00 um equipamento industrial que, em junho de 2002, incorporou a seu ativo imobilizado, estimando sua vida útil em dez anos, desde que sobrasse um valor residual de 20% do custo de aquisição.

Se a empresa utiliza o método da linha reta para depreciar tal equipamento, em 31 de dezembro de 2005 ele deverá apresentar valor contábil de

- a) R\$ 35.100,00.
- b) R\$ 43.875,00.
- c) R\$ 48.600,00.
- d) R\$ 54.000,00.
- e) R\$ 67.500,00.

28- A empresa Almondegarst S/A resolveu antecipar o pagamento de uma dívida de R\$ 5.000,00, ainda não vencida, para aproveitar o desconto de 10% oferecido pelo fornecedor. Ao contabilizar o pagamento efetuado, o Contador deverá realizar o seguinte lançamento:

- a) Bancos conta Movimento  
a Diversos  
a Fornecedores 5.000,00  
a Descontos Obtidos 500,00 5.500,00.
- b) Diversos  
a Bancos conta Movimento  
Fornecedores 5.000,00  
Descontos Obtidos 500,00 5.500,00.
- c) Fornecedores  
a Diversos  
a Bancos conta Movimento 5.000,00  
a Descontos Obtidos 500,00 5.500,00.
- d) Fornecedores  
a Diversos  
a Bancos conta Movimento 4.500,00  
a Descontos Obtidos 500,00 5.000,00.
- e) Bancos conta Movimento  
a Diversos  
a Fornecedores 4.500,00  
a Descontos Obtidos 500,00 5.000,00.

29- Na elaboração do balanço patrimonial da firma Osteorix S/A, por ocasião dos lançamentos de ajustes e de encerramento, foram cometidos os seguintes enganos:

- 1 – ao registrar o inventário final houve lançamento a maior no valor de R\$ 1.000,00;
- 2 – os juros referentes ao exercício seguinte, no valor de R\$ 1.000,00, foram recebidos antecipadamente e lançados em regime de caixa;
- 3 – os salários do período, no valor de R\$ 1.500,00, a serem pagos no exercício seguinte também foram considerados como em regime de caixa.

Os enganos cometidos na Contabilidade ocasionaram no exercício de 2005

- a) R\$ 1.500,00 a mais na conta Resultado Líquido.
- b) R\$ 1.500,00 a mais na conta Despesas de Salários.
- c) R\$ 1.000,00 a mais na conta Custo das Mercadorias Vendidas.
- d) R\$ 1.000,00 a mais na conta Receitas Financeiras.
- e) R\$ 1.000,00 a mais na conta Resultado Bruto.

30- A empresa Westímulo Ltda., credora de diversos títulos a receber, contratou um desconto bancário no valor de R\$ 300.000,00 com encargos bancários de 6%, remetendo ao estabelecimento financeiro o respectivo bordereaux em 4 de setembro de 2005.

Na remessa do bordereaux, além do lançamento nas contas de compensação, a empresa fez o seguinte lançamento (assinale o registro correto):

- a) Bancos conta Movimento  
a Diversos  
a Duplicatas Descontadas R\$ 282.000,00  
a Encargos Bancários R\$ 18.000,00 R\$ 300.000,00
- b) Bancos conta Movimento  
a Diversos  
a Duplicatas a Receber R\$ 282.000,00  
a Encargos Bancários R\$ 18.000,00 R\$ 300.000,00
- c) Diversos  
a Duplicatas Descontadas  
Bancos conta Movimento R\$ 300.000,00  
Encargos Bancários R\$ 18.000,00 R\$ 318.000,00
- d) Diversos  
a Duplicatas a Receber  
Bancos conta Movimento R\$ 282.000,00  
Encargos Bancários R\$ 18.000,00 R\$ 300.000,00
- e) Diversos  
a Duplicatas Descontadas  
Bancos conta Movimento R\$ 282.000,00  
Encargos Bancários R\$ 18.000,00 R\$ 300.000,00

31- A firma Serviciamentos Ltda. efetuou em cinco de abril o pagamento de seu único empregado, emitindo um cheque da Caixa Econômica Federal. Os componentes da operação eram: salário de R\$ 500,00; horas-extras de R\$ 60,00; INSS de 11%; INSS patronal: 20%; FGTS de 8%.

Ao conferir o valor exato do salário a pagar a empresa encontrou na contabilidade um lançamento que registrara uma despesa total no valor de

- a) R\$ 655,20.
- b) R\$ 672,00.
- c) R\$ 716,80.
- d) R\$ 733,60.
- e) R\$ 778,40.

32- O mercado Pop Loli Ltda. comprou mercadorias por R\$ 200.000,00 e assinou duplicatas. Na operação foram negociados descontos de 5% na nota fiscal, no ato da compra, e de 3% para pagamentos efetuados em até 30 dias. A operação de compra não sofreu qualquer incidência de ordem fiscal ou tributária, a não ser do ICMS de 12%.

A empresa pagou metade das dívidas em 30 de abril, para aproveitar o desconto, e a outra metade em 5 de junho.

Quando a mercadoria foi vendida por R\$ 250.000,00, em 10 de junho, o mercado deve ter contabilizado um custo de vendas no valor de

- a) R\$ 164.200,00.
- b) R\$ 164.560,00.
- c) R\$ 164.692,00.
- d) R\$ 166.000,00.
- e) R\$ 167.200,00.

33-A nossa pequena empresa Filicite & Facilite Ltda., demonstrou Receita Bruta de Vendas de R\$700.000,00, Deduções de Vendas de R\$ 58.000,00, Custo de Vendas de R\$ 400.000,00, Despesas Operacionais de R\$ 32.000,00, Provisão para Imposto de Renda e CSLL de R\$ 10.000,00.

O lucro decorrente dessas contas de resultado foi distribuído como segue:

5% para constituição da reserva legal;  
10% para constituição de reserva estatutária;  
10% para pagamento de participação estatutária de empregados;  
10% para pagamento de participação estatutária de administradores.  
A reserva legal foi constituída no exercício no valor de R\$ 8.100,00.

Com base nessas informações pode-se dizer que a participação estatutária de administradores foi constituída na forma da lei no valor de

- a) R\$ 20.000,00.
- b) R\$ 18.000,00.
- c) R\$ 16.990,00.
- d) R\$ 16.200,00.
- e) R\$ 16,000,00.

34-A empresa Comercial de Elementos S/A apresentou as seguintes contas em 31 de dezembro de 2005, antes de contabilizar a apuração do resultado do exercício:

Caixa	R\$ 540,00
Contas a Receber	R\$18.360,00
Mercadorias	R\$ 2.000,00
Fornecedores	R\$10.180,00
Contas a Pagar	R\$15.620,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 7.500,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.260,00
Terrenos	R\$16.880,00
Empréstimos longo prazo	R\$12.000,00
Capital Social	R\$ 6.300,00
Lucros Acumulados	R\$ 2.720,00
Vendas de Mercadorias	R\$99.760,00
Despesas Administrativas e Gerais	R\$10.000,00
Despesas Comerciais	R\$10.720,00
Depreciação	R\$ 640,00
Despesas Financeiras	R\$ 4.000,00
Compras de Mercadorias	R\$77.200,00

Observações:

- 1 - O estoque de mercadorias ao final do período foi de R\$ 9.200,00.
- 2 - Não considerar implicações de ordem fiscal e tributária, nem distribuições de lucro.

Considerando as contas e saldos acima, podemos dizer que

- a) o ativo patrimonial é de R\$ 52.480,00.
- b) o passivo patrimonial é de R\$ 25.800,00.
- c) o patrimônio líquido da empresa é de R\$ 9.020,00.
- d) o lucro operacional bruto foi de R\$ 8.400,00.
- e) o lucro líquido alcançado no período foi de R\$ 4.400,00.

35-Ao terminar o exercício de 2005, a empresa Alphanuméricyn S/A apresentava lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e das participações no valor de R\$ 30.000,00, sem que tivessem sido consideradas a tributação de mercadorias e as variações negociadas em compras e vendas.

Tais modificações ocorreram como segue:

Abatimentos em compras R\$ 5.000,00; Descontos concedidos na nota fiscal de vendas R\$ 7.000,00; PIS e COFINS s/ vendas R\$ 3.000,00; Despesas de salários de vendedores R\$ 11.000,00; Descontos obtidos nas compras quando do pagamento das duplicatas R\$ 8.000,00; Depreciação em Móveis usados nas vendas R\$ 4.000,00; ICMS s/vendas R\$ 32.500,00; ICMS s/compras R\$ 17.400,00.

Metade das alterações de compras foram alocadas ao estoque final e a empresa tributa PIS/COFINS sob regime cumulativo.

Após contabilização desses fatos e sua incorporação ao cálculo dos resultados, podemos dizer, com certeza que houve

- a) aumento do passivo exigível no valor de R\$ 18.100,00.
- b) redução do custo das mercadorias vendidas no valor de R\$ 15.200,00.
- c) redução do resultado operacional bruto no valor de R\$ 38.300,00.
- d) redução do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 20.900,00.
- e) redução da receita líquida de vendas no valor de R\$ 25.100,00.

## CONTABILIDADE ESPECÍFICA

36-De conformidade com os modelos padronizados pela SUSEP, as sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades de Capitalização devem publicar até 28.02 e o dia 31.08, de cada ano, além do Balanço Patrimonial as seguintes demonstrações contábeis:

- a) da Conta Lucros e Prejuízos Acumulados, de Origens e Aplicações de Recursos e o Formulário de Informações Periódicas (FIP).
- b) do Formulário FIP, do Valor Adicionado, da Conta Lucros e Prejuízos Acumulados e de Origens e Aplicações de Recursos.
- c) dos Fluxos dos Caixas, de Origens e Aplicações de Recursos e dos Lucros e Prejuízos Acumulados.
- d) do Valor Adicionado, da Conta Lucros e Prejuízos Acumulados e de Origens e Aplicações de Recursos.
- e) de Origens e Aplicações de Recursos, dos Resultados e das Mutações do Patrimônio Líquido.

37-O registro contábil dos Juros sobre o Capital Próprio, quando da proposta do pagamento ou crédito dos juros aos sócios ou acionistas, feito pela empresa investida é

- a) Participações Societárias – País / Exterior a Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- b) Despesas de Juros sobre o Capital a Dividendos, Bonificações e Juros s/ Capital Próprio a Pagar.
- c) Despesas de Juros sobre o Capital a Caixa/Bancos Conta Depósitos - Mov. País.
- d) Lucros ou Prejuízos Acumulados a Resultado do Exercício.
- e) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio a Receber a Receitas de Juros sobre o Capital.

38-As sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades de Capitalização que possuam participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial, devem proceder à divulgação em notas explicativas:

- a) dos critérios adotados para apuração e conversão das demonstrações financeiras de coligadas ou controladas no exterior.
- b) do capital social e do valor do patrimônio líquido da investida caso a participação seja menor de 5% do capital preferencial.
- c) dos efeitos da mudança no percentual de subscrição somente se a investida for uma controlada e a referida mudança implicar em perda de capital.
- d) apenas do valor nominal das obrigações entre a controlada e a controladora existentes na data do Balanço Patrimonial.
- e) somente informações relativas ao valor subscrito das cotas de capital se a investida for uma empresa coligada.

39-Com relação às Contingências Passivas relevantes cujas chances de perdas sejam prováveis, as sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades de Capitalização devem

- a) informar no relatório da administração, independentemente da natureza da contingência, uma descrição completa do evento contingente que envolve a sociedade/entidade, referendada em parecer técnico da auditoria independente.
- b) enviar um relatório específico para o IRB a natureza da contingência, a descrição resumida do risco, a chance de ocorrência da contingência, os valores estimados por advogados.
- c) divulgar em notas explicativas a natureza da contingência, a descrição resumida do evento contingente que envolve a sociedade/entidade, a chance de ocorrência da contingência, os valores contabilizados e os valores de perdas estimadas por advogados.
- d) explicitar no relatório da administração independentemente da natureza da contingência, uma descrição completa do evento contingente que envolve a sociedade/entidade, referendada em parecer técnico da auditoria independente.
- e) elaborar um boletim específico que deve ser enviado à SUSEP a natureza da contingência, a descrição resumida do risco, a chance de ocorrência da contingência, os valores contabilizados e os valores de perdas estimadas por advogados.

40-Os títulos e valores mobiliários adquiridos com propósitos específicos de serem negociados e de obtenção de lucros nas variações de curto prazo de seus valores de mercados, são classificados, pelas sociedades de seguro e resseguro, na categoria de títulos:

- a) de resgate constante.
- b) para disponibilidade.
- c) disponíveis para a venda.
- d) de fruição.
- e) para negociação.

41-O reconhecimento da realização da receita no mercado de seguro acontece:

- a) no repasse da apólice.
- b) na liquidação do risco.
- c) no exercício da apólice.
- d) na emissão da apólice.
- e) na contratação do risco.

- 42- Uma determinada seguradora por ocasião da emissão da apólice ou fatura efetua um lançamento de débito na conta:
- Prêmios a Receber – Direto – Prêmios.
  - Prêmios a Receber – Direto – Juros a Apropriar.
  - Comissões e Juros s/ Prêmios Emitidos – Direto – Comissões.
  - Recuperação de Custos c/Emissão de Apólices.
  - Prêmios de Seguros Emitidos – Direto.
- 43- No mercado de resseguros é fato gerador da receita a:
- diluição do risco.
  - aceitação do risco.
  - constituição da reserva técnica.
  - quitação da apólice.
  - emissão da apólice.
- 44- O subgrupo de contas Débitos de Operações com Seguros e Resseguro é classificado como conta de:
- Ativo Diferido.
  - Compensação.
  - Despesa Operacional.
  - Passivo Circulante.
  - Ativo Circulante.
- 45- A constituição da Reserva de Contingência de Benefícios deve ser feita
- apenas por entidades que operam com seguro de vida, resseguro e previdência complementar.
  - por todas as entidades que operem com capitalização e que apresentem oscilação de Riscos.
  - somente por entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos.
  - por todos os tipos de entidades que atuam no ramo de seguro de vida.
  - exclusivamente por seguradoras que operam no Sistema Financeiro Habitacional.
- 46- Os registros das operações de transferências, realizadas entre sociedades congêneres, de carteiras de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, devem observar como critérios básicos:
- o registro em contas destacadas apenas dos direitos decorrentes da aquisição da carteira pela entidade cedente.
  - o resultado apurado na cessão, deve ser integralmente apropriado aos resultados, em conta específica, na data da operação pela sociedade/entidade cedente.
  - a sociedade cessionária deverá baixar os saldos passivos relativos aos contratos/apólices transferidos.
  - se o saldo recebido pela entidade cedente for inferior ao saldo da provisão de prêmios não ganhos a diferença apurada deve ser registrada em conta do ativo diferido.
- 47- Com relação às empresas de seguros privados, é correto afirmar que
- empresas que explorem esse tipo de atividade só poderão ser constituídas na forma de companhias de capital aberto.
  - apenas aquelas empresas de cujo capital social participe entidade da administração pública é que não podem optar pelo lucro presumido.
  - somente aquelas empresas que tenham sócio estrangeiro, residente no exterior, não poderão optar pelo regime de tributação simples.
  - a esse tipo de pessoa jurídica é vetada a opção pelo regime de tributação simples.
  - as empresas dessa atividade que auferirem receita bruta anual inferior a dois milhões de reais podem optar pelo regime tributário de lucro presumido.
- 48- Em operação de planos especiais de seguros conjugando vários ramos ou modalidades de seguros, a empresa seguradora deve
- desmembrar obrigatoriamente a contabilização dos valores pertinentes aos ramos: Automóveis, Habitacional, vida, responsabilidade civil facultativa de veículos automotores, Acidentes Pessoais e Acidentes pessoais de passageiros.
  - contabilizar os valores pertinentes aos ramos: automóveis, habitacional, vida, responsabilidade civil facultativa de veículos automotores, acidentes pessoais e acidentes pessoais de passageiros de forma agrupada de acordo com o contrato efetuado.
  - obrigatoriamente segregar apenas a contabilização dos valores pertinentes aos ramos: automóveis, habitacional, vida, responsabilidade civil facultativa de veículos automotores.
  - segregar obrigatoriamente as coberturas de vida e acidentes pessoais nos casos de seguros de condomínio e seguros residenciais.
  - fazer a contabilização agregada dos valores pertinentes aos ramos: Automóveis, Habitacional, vida, responsabilidade civil facultativa de veículos automotores, Acidentes Pessoais e Acidentes pessoais de passageiros.

49- Os registros e controles contábeis das operações realizadas pelas entidades seguradoras, quando possuem representações/agências/sucursais, são

- a) realizados obrigatoriamente de forma descentralizada em cada uma das unidades administrativas da entidade seguradora como forma de diluir os riscos segurados.
- b) controlados e registrados em cada uma das unidades no país e consolidados semestralmente na matriz.
- c) efetuados de forma centralizada na sede da entidade ou na representação legal no país para o caso de entidade estrangeira.
- d) controlados isoladamente em cada uma das filiais/agências que obrigatoriamente enviam demonstrações contábeis mensais para consolidar dados na sede.
- e) feitos de forma descentralizada em cada uma das unidades administrativas da entidade seguradora resguardando a independência da gestão administrativa.

50- A publicação das Demonstrações Contábeis das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar deve ser, obrigatoriamente, feita em período:

- a) anual
- b) bimestral
- c) quadrimestral
- d) semestral
- e) trimestral

51- As sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a operar no país, e Caixa Econômica Federal devem encaminhar anualmente, para a SUSEP, os arquivos de dados referentes

- a) aos registros contábeis auxiliares em meio magnético, seguros compreensivos e seguros obrigatórios de danos pessoais causados por veículos.
- b) aos seguros compreensivos, Seguro Rural e Seguro de Animais.
- c) ao seguro de automóveis, RCF-V e APP e aos registros contábeis auxiliares em meio magnético.
- d) às prestações de contas do Seguro Habitacional do SFH.
- e) às operações seguradas ativas e sinistros do seguro habitacional do SFH.

52- O processo de avaliação de ações de companhias abertas, envolvendo a cotação média do último dia útil em que foram negociadas, é denominado tecnicamente como ajuste

- a) ao valor líquido de aquisição.
- b) ao valor líquido de realização.
- c) ao valor de liquidação.
- d) à avaliação corrente líquida.
- e) ao valor de mercado.

53- As Sociedades Seguradoras, Resseguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar devem elaborar e remeter,

- a) trimestralmente, ao IRB, o questionário contido no Formulário de Informações de Riscos Assumidos acompanhado de relatório da auditoria interna da entidade.
- b) semestralmente, para a SUSEP, o questionário contido no Formulário de Informações Periódicas acompanhado de relatório da auditoria externa da entidade.
- c) anualmente, para o Conselho Nacional de Seguros Privados, o questionário contido no Formulário de Informações de Riscos Segurados acompanhado do respectivo relatório da auditoria independente.
- d) trimestralmente, para a SUSEP, o questionário contido no Formulário de Informações Periódicas acompanhado do respectivo relatório da auditoria independente.
- e) bimestralmente, para o IRB, o questionário contido no Formulário de Informações de Resseguros acompanhado de relatório da auditoria interna da entidade.

54- São registros contábeis auxiliares do sistema de contabilização das sociedades que operam com seguros:

- a) Registro de Comissões Emitidas e Registro de Títulos Contemplados.
- b) Registro de Co-Seguros Aceitos Emitidos; e Registro de Sinistros Avisados.
- c) Registro de Pagamento de Resgates e Registro de Sinistros Avisados.
- d) Registro da Provisão de Resgates a Pagar e Registro de Sinistros Pagos.
- e) Registro da Provisão de Resgates a Pagar e Registro de Co-Seguros Aceitos Emitidos.

55- Aos valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social a recuperar em períodos futuros com relação a diferenças tributárias dedutíveis ou compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, denomina-se

- a) Ativos de Compensação.
- b) Receitas de IR e Contribuições.
- c) Despesas de IR e Contribuições.
- d) Obrigações Fiscais Diferidas.
- e) Ativos Fiscais Diferidos.

- 56- Não ocorrerá retenção relativa a contribuição para o PIS/Pasep nos pagamentos relativos a
- a) adiantamentos efetuados a empregados, por empresa de economia mista, para fazer face a pequenas despesas de pronto pagamento até o limite de cinco salários mínimos.
  - b) serviços prestados a entidades abertas de previdência complementar até o limite de cinco salários mínimos.
  - c) serviços de Construção Civil contratados por empreitada com emprego de materiais com valor até 8 salários mínimos.
  - d) serviços prestados por empresas de capitalização e/ou de seguros privados até o limite de dez salários mínimos.
  - e) adiantamentos efetuados a empregados, por empresa pública, para fazer face a pequenas despesas de pronto pagamento até o limite de quinze salários mínimos.
- 57- Na hipótese da existência de dúvida, fundamentada, quanto à possibilidade de não recuperação de créditos tributários, a sociedade seguradora deverá
- a) baixar o valor identificado como ajustes de períodos anteriores.
  - b) ajustar o valor a apuração fiscal do trimestre em que o fato ocorrer.
  - c) constituir provisão para ajuste aos valores prováveis de realização.
  - d) ajustar o valor da apuração fiscal do mês imediatamente subsequente a identificação do fato.
  - e) baixar o registro inicial e ajustar o valor do imposto a recolher na declaração fiscal anual.
- 58- Não haverá a retenção de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL
- a) nos pagamentos de seguros, apenas quando efetuados por intermédio de corretoras de seguros.
  - b) nos pagamentos de seguros obrigatórios de danos pessoais causados por veículos automotores, quando estes forem coletivos.
  - c) em pagamento de faturas de associações médicas, as quais, para atender aos beneficiários dos seus planos de saúde, subcontratam ou mantêm convênios para a prestação de serviços de terceiros não cooperados.
  - d) sobre qualquer forma de pagamento antecipado por conta prestação de serviços para entrega futura, como forma de serviço prestado pelas seguradoras.
  - e) nas entidades fechadas de previdência complementar, sobre receitas geradas por aluguéis de bens imóveis destinados ao pagamento de benefícios de aposentadoria.
- 59- O percentual de retenção na fonte, relativa ao IRPJ, sobre pagamentos de serviços prestados realizados por empresas de seguros privados e entidades abertas de previdência complementar é
- a) 4,80%.
  - b) 3,00%.
  - c) 2,40%.
  - d) 1,20%.
  - e) 0,24%.
- 60- Quando da elaboração da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCFT, por sociedades seguradoras e de capitalização, estas deverão fornecer, entre outras informações, aquelas relativas aos seguintes impostos e contribuições:
- a) IRPJ, IOF, CPMF e Cofins.
  - b) Contribuição ao PIS/Pasep, CPMF e INSS.
  - c) IRRF, FGTS, CPMF e IOF.
  - d) FGTS, INSS e Contribuição ao PIS/Pasep.
  - e) IOF, IPTU, IRPJ e CSLL.











Escola de Administração Fazendária

[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)